

Mineração na Serra do Curral é alvo de operações

FISCALIZAÇÃO NA MINERAÇÃO

EMPBRA IGNORA PROIBIÇÃO, MANTÉM EXTRAÇÃO EM ÁREA TOMBADA E COMETE NOVAS IRREGULARIDADES, APONTA OPERAÇÃO LIDERADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE VISTORIOU MAIS DUAS EMPRESAS

MP FLAGRA DESACATO A ORDENS JUDICIAIS NA SERRA DO CURRAL

REBECA NICHOLLS* E SÍLVIA PIRES

A descaracterização da Serra do Curral, cartão-postal de Belo Horizonte, pela atividade mineradora foi alvo de operação liderada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ontem (23/8). Coordenada pelo Núcleo de Combate aos Crimes Ambientais (Nucrim), em parceria com órgãos como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semad) e o Grupo Especial de Polícia Ambiental (Gepam) da Polícia Militar (PM), a fiscalização de três mineradoras na área tombada pelo patrimônio municipal revelou a continuidade da extração de minério, apesar de ordens judiciais.

O ponto de partida da operação foi a Mina Corumi, da Empresa de Mineração Pau Branco (Empbra), que teve suas atividades suspensas pela Justiça no início da semana, após acusações de irregularidades. Desde o tombamento municipal da Serra do Curral, a empresa está proibida de extrair minério do local e foi obrigada a executar ações de recuperação da área, devastada após quase seis anos de atividades irregulares. Durante a vistoria realizada ontem, fiscais constataram que a empresa continua extraindo minério no local. Na mesma manhã a imprensa registrou uma retroscavadeira em operação, apesar da ordem judicial que determinava o fechamento da mina. Segundo o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a mineradora ainda não havia sido formalmente notificada

da decisão. "O MPMG estará as providências a serem adotadas", afirmou o órgão, em nota. O Ministério Público também identificou novas irregularidades, que podem resultar em autuações por danos ambientais, mas não forneceu detalhes sobre as infrações. A reportagem procurou a Empbra, mas, até o fechamento desta matéria, não houve retorno.

A Empbra tem um longo histórico de descumprimento de acordos e manobras para continuar explorando a Serra do Curral, apesar das proibições judiciais. A mina, em operação desde a década de 1950, teve suas atividades reduzidas após o tombamento do município como patrimônio de Belo Horizonte em 1990. Na época, a mineradora foi obrigada a interromper a extração de minério e a realizar ações de recuperação das áreas degradadas, depois de deixar uma cratera no cartão postal da cidade. Em 2005, a empresa assinou um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais para implementar medidas de recuperação, mas essas obrigações nunca foram cumpridas, segundo o MP. O Ministério Público tentou forçar essas intervenções, mas, em vez disso, descobriu que a empresa estava utilizando o pretexto de recuperação ambiental para realizar mineração ilegal.



ENTRADA DA MINA CORUMI, A PRIMEIRA VISTORIADA ONTEM



"O Ministério Público é firme em seu posicionamento: vamos exigir o fechamento definitivo dessa mina e o cancelamento do título minerário"

Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Coordenador do Centro Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MPMG

"Precisamos ter uma visão mais global da Serra do Curral (...) e pensar uma ação que venha a protegê-la em definitivo, como fizemos na Serra da Moeda"

Jarbas Soares Júnior, Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais

Mesmo após a intervenção da Agência Nacional de Mineração que autorizou apenas a movimentação de material já extraído, as operações ilegais persistiram, segundo o MPMG, agora respaldadas por um termo de ajustamento de conduta (TAC), assinado em 2015. O coordenador do Centro Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MPMG, promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, acusa a mineradora de usar há mais de 20 anos manobras para obter licenças ilícitas às custas da degradação da Serra do Curral. "Eles (Empbra) usam instrumentos jurídicos como uma forma de encobrir a mineração. Todo o processo de recuperação, na verdade, serve como um subterfúgio para essa atividade. Por isso, o Ministério Público é firme em seu posicionamento: vamos exigir o fechamento definitivo dessa mina e o cancelamento do título minerário. A mineração é incompatível com a preservação da Serra do Curral", disse, em coletiva de imprensa no local na manhã de ontem.



OUTRAS FISCALIZADAS

Em paralelo à ação, o Ministério Público verificou também as atividades de outras mineradoras na Serra do Curral. A empresa de mineração Pau Branco (Empbra) possui um contrato de concessão de uso de área para extração de minério, mas não possui o registro de concessão de uso de área. Além disso, a empresa não possui o registro de concessão de uso de área, o que é obrigatório para a extração de minério. O Ministério Público também verificou a atividade de outras mineradoras na Serra do Curral, incluindo a empresa de mineração Pau Branco (Empbra), que possui um contrato de concessão de uso de área, mas não possui o registro de concessão de uso de área. O Ministério Público também verificou a atividade de outras mineradoras na Serra do Curral, incluindo a empresa de mineração Pau Branco (Empbra), que possui um contrato de concessão de uso de área, mas não possui o registro de concessão de uso de área.

"EU ERA ACORDADA POR MARTACAS ALI NA MINHA JANELA E HOJE NÃO TEM MAIS NADA. É MUITO TRISTE E REVOLTANTE"

ALICE MAIA, 65 ANOS, DO BARRIO ANTIGUM TAGUAREIL

No ano passado, enquanto as atenções estavam voltadas para impedir a instalação de mais um empreendimento minerário na Serra do Curral, o Estado de Minas Gerais aprovou uma alteração legal da Constituição de 1988 que permite a criação de zonas de proteção ambiental de 500 metros de faixa das áreas protegidas pela nova mineradora, no caso de novas lavras de canga descobertas. Após diversas suspensões e autorizações de funcionamento, o governo de Minas decretou o cancelamento das atividades da Cate Sider nos locais. A fiscalização identificou que a empresa não estava cumprindo as obrigações previstas, as informações adicionais necessárias serão analisadas posteriormente na elaboração dos autos. (Informado ao MPMG).

IMPACTOS NA COMUNIDADE

A chegada de helicópteros e carros com as equipes que fizeram a fiscalização alertou os moradores que vivem no bairro Antigo Taguareil, no município de Belo Horizonte. Pau Branco (Empbra), onde o sítio do MPMG, com o nome de Alice Maia, de 75 anos, contou que viveu o trabalho e se deslocou até as proximidades da mina, para ver o que estava acontecendo. O ponto de partida para os trabalhos de fiscalização foi o bairro Antigo Taguareil, onde a empresa de mineração Pau Branco (Empbra) possui um contrato de concessão de uso de área, mas não possui o registro de concessão de uso de área. (Informado ao MPMG).

se, oprimido, lá que todo mundo é muito coruja. Acho que não tem mais esperança aqui no bairro, independentemente se aqui na Serra do Curral", comentou.

Alice Maia também falou sobre a entrada da mina e o contrato que a mineradora assinou a qualificação de vida no bairro. Ela disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde. Ela também disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde. Ela também disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde.

O advogado de referência no local também tira o sorriso do professor Michel Carlos Rocha, de 44, que mora no bairro Antigo Taguareil, Taguareil há 40 anos. Ele disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde. Ele também disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde.

Em paralelo à ação, o Ministério Público verificou também as atividades de outras mineradoras na Serra do Curral. A empresa de mineração Pau Branco (Empbra) possui um contrato de concessão de uso de área, mas não possui o registro de concessão de uso de área. Além disso, a empresa não possui o registro de concessão de uso de área, o que é obrigatório para a extração de minério. O Ministério Público também verificou a atividade de outras mineradoras na Serra do Curral, incluindo a empresa de mineração Pau Branco (Empbra), que possui um contrato de concessão de uso de área, mas não possui o registro de concessão de uso de área.

PROTEÇÃO GLOBAL

Ética em meio à história do ferro, a região conviveu a ser ocupada por volta dos anos 1940. Hoje, o espaço protegido aparece a partir de Belo Horizonte, tendo como marco a criação da Zona de Proteção Ambiental da Serra do Curral em 1991, contra o tombamento, pela Prefeitura de BH. O promotor-geral de Justiça de Minas, Jarbas Soares Júnior, alertou contra a abertura de operações de fiscalização em áreas protegidas, pois isso poderia levar a uma perda irreversível da Serra do Curral em sua totalidade, pedindo reforço ao Ministério Público de Minas Gerais para garantir a preservação da Serra do Curral e não atacar empreendimentos específicos apenas. É possível, no entanto, que venha a proteger o sítio histórico aqui, como fizeram na Serra da Moeda", afirmou.

Jarbas Soares Júnior também falou sobre as medidas preventivas para evitar ser os estragos do impacto ambiental e poderem ter casos idênticos que não sejam punitivos em dimensões locais. Para a arquitetura e urbanista Cláudia Pires, coordenadora do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em Belo Horizonte, a preservação da Serra do Curral é uma questão de identidade e memória. Ela também disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde. Ela também disse que a mina não trouxe nada para o bairro, apenas poluição e problemas de saúde.

*Exatidão sob supervisão da subeditora Rachel Boffino

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 24 e 25